

Sexualidade e Relação de Gênero

2

Denise Pereira
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

Sexualidade e Relações de Gênero 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S518 Sexualidade e relações de gênero 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 2)

Formato: PDF

Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-049-0

DOI 10.22533/at.ed.490191601

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Pereira, Denise.
II. Título. III. Série.

CDD 306.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Cada vez mais a academia está avançando em pesquisas sobre Sexualidade e Relação de Gênero. No século XXI, a sexualidade é compreendida como algo fluído, que muda ao longo de toda uma vida, é pessoal/individual, cada um com a sua, não há certo ou errado, havendo possibilidades e é paradoxal, ou seja, é sempre diferente da sexualidade dos outros, sendo o traço mais íntimo do ser humano, manifestando-se diferentemente em cada indivíduo, de acordo com as novas realidades e as experiências vividas culturalmente.

E a relação de gênero refere-se às afinidades sociais de poder entre homens e mulheres, em que cada um tem seu papel social que é determinado pelas diferenças sexuais. Que segundo Scott, devemos compreender que “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres.

O conceito de gênero que enfatizamos neste livro está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo, um movimento social organizado, usualmente remetido ao século XIX e que propõe a igualdade nas relações entre mulheres e homens através da mudança de valores, de atitudes e comportamentos humanos.

Neste livro são apresentadas várias abordagens sobre “Sexualidade e Relação de Gênero”, tais como: discussões de conceitos; modo de vida, violência, direitos, Lei Maria da Penha, homoparentalidade, emancipação feminina, transexuais, homossexuais, sexualidade infantil, sexualidade masculina, mulheres no cinema e no futebol, entre diversos outros assuntos.

Boa leitura
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
SEXUALIDADES E GÊNEROS NA ESCOLA: DE QUAIS SENTIDOS SE APROPRIA A PRÁTICA PEDAGÓGICA?	
Denise da Silva Braga	
DOI 10.22533/at.ed.4901916011	
CAPÍTULO 2	18
TORPEDO: UM MODELO DE RESISTÊNCIA LÉSBICA NA ESCOLA	
Maria da Conceição Carvalho Dantas	
Denise Bastos de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.4901916012	
CAPÍTULO 3	27
PERCEPÇÕES DE GRADUANDAS DE ENFERMAGEM SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOFRIDA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO	
Michelle Araújo Moreira	
Tháís Borges Gally	
DOI 10.22533/at.ed.4901916013	
CAPÍTULO 4	43
INCURSÕES E INTERDITOS SOBRE AS SEXUALIDADES, IDENTIDADES E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA	
Karine Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4901916014	
CAPÍTULO 5	58
HOMOPARENTALIDADE: O QUE A ESCOLA TEM DITO?	
André Luiz dos Santos Barbosa	
Rejane Cristina Lages Rocha.	
DOI 10.22533/at.ed.4901916015	
CAPÍTULO 6	73
CULTURA UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO DOCENTE: SITUANDO AS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	
Luciano Rodrigues dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4901916016	
CAPÍTULO 7	89
ASSESSORIA TERRITORIAL DE GÊNERO: ENCONTROS TERRITORIAIS E ESTADUAL DE MULHERES RURAIS DOS COLEGIADOS DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira	
Xenusa Pereira Nunes	
Victor Pereira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4901916017	
CAPÍTULO 8	99
A ESCOLA COMO EXPRESSÃO DA DIVERSIDADE: OBSERVANDO FRONTEIRAS ENTRE GÊNEROS, IDENTIDADES E ALTERIDADES.	
Pollyanna Rezende Campos	
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	

CAPÍTULO 9	107
A SOLIDÃO DOS/AS DOCENTES HOMOSSEXUAIS: NARRATIVA E REFLEXÃO SOBRE O/A PROFESSOR/A HOMOSSEXUAL	
Isabella Marques de Oliveira; Denise Maria Botelho; Agilcélia Carvalho dos Santos.	
DOI 10.22533/at.ed.4901916019	
CAPÍTULO 10	116
A SEXUALIDADE MASCULINA SOB A ÓTICA DAS ESCRITAS LATRINÁRIAS.	
José Edson da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.49019160110	
CAPÍTULO 11	125
CONSTRUÇÃO DO CORPO MASCULINO: RELAÇÕES COM AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS	
Daniele Machado Pereira Rocha Maria Thereza Ávila Dantas Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.49019160111	
CAPÍTULO 12	133
IDENTIDADE E IMAGENS DA MARCA RIO: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DO “GAY FRIENDLY” NA IDENTIDADE DA MARCA RIO E SUA CONCRETIZAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.	
Patrícia Cerqueira Reis	
DOI 10.22533/at.ed.49019160112	
CAPÍTULO 13	142
O MODO DE VIDA GAY COMO ESTETIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA	
José Nilton Conserva de Arruda Marianne Sousa Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.49019160113	
CAPÍTULO 14	155
TRAJETÓRIAS DE GAYS NEGROS NA ESCOLA DA ZONA RURAL: PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS	
Marcos Andrade Alves dos Santos José Kasio Barbosa da Silva Renata Queiroz Maranhão Antônio Jefferson Teixeira Sousa Juliana Brito Cavalcante Assencio Daniele Gruska Benevides Prata	
DOI 10.22533/at.ed.49019160114	
CAPÍTULO 15	169
UM ESPELHO CONTRA ESPELHO: A DISPOSIÇÃO INATA DA NATURA	
Jobson Rios dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160115	

CAPÍTULO 16	177
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES MASTECTOMIZADAS SOBRE SEXUALIDADE	
Michelle Araújo Moreira Ana Beatriz Santana de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.49019160116	
CAPÍTULO 17	189
PERCEPÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA PARA OS JOVENS: REVISÃO SISTEMÁTICA	
Paula Orchiucci Miura Estefane Firmino de Oliveira Lima Maria Marques Marinho Peronico Pedrosa Ellen Borges Tenorio Galdino Kedma Augusto Martiniano Santos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160117	
CAPÍTULO 18	203
LIDERANÇAS FEMININAS RURAIS: CONHECIMENTO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira Xenusa Pereira Nunes Victor Pereira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.49019160118	
CAPÍTULO 19	212
MULHERES CINEASTAS, FEMINISMO NEGRO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: EXPERIÊNCIAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Lucas Leal	
DOI 10.22533/at.ed.49019160119	
CAPÍTULO 20	230
“VESTIDO NUEVO” – REFLETINDO SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO A PARTIR DE UM CURTA METRAGEM	
Sílvia Rita Magalhães de Olinda Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes	
DOI 10.22533/at.ed.49019160120	
CAPÍTULO 21	240
ESCANTEIO: MULHERES QUE TROCAM O ROSA CULTURAL PELO PRETO DA TRADIÇÃO - O CAMPO DA ARBITRAGEM EM FUTEBOL	
Ineildes Calheiro Eduardo David Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.49019160121	
CAPÍTULO 22	256
ESTRUTURA DA REPRESENTAÇÃO DA(S) TRANSEXUALIDADE(S) POR MULHERES (TRANSEXUAIS)	
Carle Porcino Jeane Freitas de Oliveira Maria Thereza Ávila Dantas Coelho Dejeane de Oliveira Silva Cleuma Sueli Santos Suto	
DOI 10.22533/at.ed.49019160122	

CAPÍTULO 23	266
UMA APRECIÇÃO DO COMPORTAMENTO DE CONSUMO METROSSEXUAL EM SETORES DA ECONOMIA CRIATIVA	
Daniel Kamlot	
DOI 10.22533/at.ed.49019160123	
CAPÍTULO 24	277
FAZER-SE RAINHA MIRIM NUMA FESTA DE CAMINHONEIROS: SOBRE (DES)PRATICAR NORMAS DE GÊNERO NUM CONCURSO DE BELEZA	
Marcos Ribeiro de Melo	
Michele de Freitas Faria de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160124	
CAPÍTULO 25	289
GÊNERO E SEXUALIDADES: INVESTIGANDO A CONCEPÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS)	
Rayane Ribas Martuchi	
Ticiane Paiva de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160125	
CAPÍTULO 26	302
REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE GÊNERO NA PSICOLOGIA: UM CAMINHO A SE PERCORRER NA GRADUAÇÃO?	
Lara Araújo Roseira Cannone	
Raissa Lé Vilasboas Alves	
DOI 10.22533/at.ed.49019160126	
SOBRE A ORGANIZADORA	310

HOMOPARENTALIDADE: O QUE A ESCOLA TEM DITO?

André Luiz dos Santos Barbosa

Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro,
Pedagogia
Rio de Janeiro, RJ.

Rejane Cristina Lages Rocha.

Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro,
Pedagogia
Rio de Janeiro, RJ.

RESUMO: Atualmente, o tema Homoparentalidade tem sido comentado em todos os meios, inclusive o acadêmico. Para ampliar as discussões e trazer à tona questões pertinentes ao tema, investigamos a relação entre famílias que se apresentam como compostas por casais homo afetivos e uma escola situada no Município do Rio de Janeiro. Analisamos a dinâmica Inclusão/Exclusão desta relação na perspectiva da omnilética. Para tanto, fizemos um levantamento teórico a respeito da reconstrução do conceito de família (e sua imbricação com questões relacionadas à sexualidade), uma investigação descritiva da Legislação vigente no Brasil sobre o tema e um estudo de campo na escola através de observação e entrevistas semiestruturadas com Pais homo afetivos, Direção, Coordenação e Professora.

PALAVRAS-CHAVE: Homoparentalidade,

Família, Educação, Inclusão/Exclusão.

ABSTRACT: Currently, the topic Homoparentality has been commented on in all media, including the academic. In order to broaden the discussions and raise issues pertinent to the theme, we investigated the relationship between families who present themselves as composed of homo affective couples and a school located in the Municipality of Rio de Janeiro. We analyze the dynamics Inclusion / Exclusion of this relationship in the perspective of omnilética. To do so, we did a theoretical survey about the reconstruction of the concept of family (and its overlap with issues related to sexuality), a descriptive investigation of the Brazilian Legislation on the subject and a field study in the school through observation and semi-structured interviews With Homo Affective Parents, Direction, Coordination and Teacher.

KEYWORDS: Parenting, family, education, inclusion/exclusion.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, o tema Homoparentalidade tem sido comentado em todos os meios, inclusive o acadêmico. Para ampliar as discussões e trazer à tona questões pertinentes ao tema, investigamos a relação entre famílias

que se apresentam como compostas por casais homoafetivos e uma certa escola situada no Município do Rio de Janeiro.

Sentimos a necessidade de analisar e discutir a ideia de família nuclear e suas diferentes modalidades e questionamos a hegemonia de um modelo.

Para observar tais transformações da família ao longo dos anos dialogamos com literaturas especializadas sobre o tema. Louro (2001) em seu livro *O corpo Educado* destaca a transformação familiar que ocorreu a partir do século XVIII e as marcadas distinções de papéis sociais e sexuais masculinos e femininos.

Para discutir tal tema, levamos em conta a seguinte questão: Como, na escola, os direitos estabelecidos em Leis afetam a vida de casais homoafetivos com filhos? Não pretendemos esgotar o tema, mas levar subsídios e conceitos para que o leitor possa ampliar seus conhecimentos e tirar suas próprias conclusões.

2 | METODOLOGIA

Ao investigarmos a relação entre as famílias e a escola, analisamos a dinâmica Inclusão/Exclusão desta relação na perspectiva da omnilética, que considera a imbricação entre três dimensões propostas para a compreensão da vida humana: culturas, políticas e práticas.

Usamos uma reflexão omnilética, uma perspectiva de análise que significa compreender os fenômenos sociais em sua integralidade, considerando três dimensões: a dimensão das políticas, a dimensão das culturas e a dimensão das práticas.

Quanto à dimensão das políticas, entendemos que a política significa toda a intenção de orientar boas ações sejam elas pessoais, grupais ou institucionais. Para isso, discutimos as leis e como podemos usá-las para contribuir com a democratização da nossa sociedade.

A dimensão das culturas está voltada para a:

“(…) criação de comunidades seguras, acolhedoras, colaborativas, estimulantes, em que todos são valorizados. (...) Os valores inclusivos de cultura orientam decisões sobre políticas e a prática a cada momento, de modo que o desenvolvimento é coerente e contínuo. A incorporação de mudança dentro das culturas da escola assegura que ela esteja integrada nas identidades de adultos e crianças e seja transmitida aos que estão chegando à escola”. (BOOTH, 2012, p.46)

A medida que discutimos sobre o assunto damos visibilidade a ele, e a escola deve ser um lugar de inclusão, não de exclusão. E todas as identidades e todas as constituições familiares devem pertencer a este espaço sem medo de sofrer qualquer tipo de discriminação.

E na dimensão das práticas, reforçamos a importância de uma orientação em que:

“A aprendizagem é orquestrada de modo que o ensino e as atividades de aprendizagem se tornam responsivos à diversidade de jovens na escola. As crianças são encorajadas a ser ativas, reflexivas, aprendizes críticas e são vistas

como um recurso para a aprendizagem umas das outras. Os adultos trabalham juntos de modo que todos assumem responsabilidade pela aprendizagem de todas as crianças”. (BOOTH,2012. p.46)

Apostamos que, se a criança participa de um ambiente acolhedor, humanizado, onde todos são respeitados como são, sem se importar com a sua raça, cor, identidade sexual, social e sua constituição familiar, essa criança será um agente multiplicador de conhecimento e reflexão acerca de todas as situações vividas e experienciadas dentro e fora da escola.

Para tanto, fizemos um levantamento teórico a respeito da reconstrução do conceito de família (e sua imbricação com questões relacionadas à sexualidade), uma investigação descritiva da Legislação vigente no Brasil sobre o tema e um estudo de campo na escola através de observação e entrevistas semiestruturadas com Pais homoafetivos, Direção, Coordenação e Professora.

3 | DISCUSSÃO

Começamos investigando conceitos ligados ao tema Gênero e Sexualidades (e os marcos identitários que se atravessam na constituição dos sujeitos).

“Compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo ser contraditórias” (LOURO,1997, p.24)

Para a autora, o gênero é um dos marcos que constitui a identidade dos sujeitos.

“ Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende -se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo -o.” (LOURO,1997. p.25)

O sistema binário dos gêneros (masculino – feminino) tem sido bastante discutido, por não dar conta da diversidade que constitui a nossa sociedade.

Segundo Louro (1997), dois pontos importantes a serem desconstruídos são: o caráter permanente dessa oposição binária e a assimetria das relações de poder reforçadas por essa assimetria pelas famílias patriarcais. “Essa lógica supõe que a relação masculino-feminino constitui uma oposição entre um polo dominante e outro dominado e essa seria a única e permanente forma entre os dois elementos”. (LOURO, 1997.p.31).

As disparidades entre os gêneros feminino e masculino têm sido construídas socialmente e culturalmente durante muitas décadas a partir do dispositivo da sexualidade. “A sexualidade se constitui a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem verdades”. (LOURO,1997, p.27)

É dando materialidade à heteronormatividade, lógica que supõe que todas as pessoas sejam (ou devam ser) heterossexuais” (UNESCO, 2009, p.91), que, através

de exaustivos processos de naturalização, a família nuclear patriarcal vinha se apresentando como modelo inspirador da sociedade ocidental. “A família é percebida como a mais “natural” das instituições, o núcleo organizador a partir do qual irão estruturar-se e serão transmitidos os valores mais importantes da nossa cultura. ” (ZAMBRANO,2006. p.11)

No entanto, há modificações que podemos observar ao longo da história e que são consequências de fenômenos culturais, sociais, econômicos, políticos e tecnológicos trouxeram novas configurações para a família contemporânea.

“Se pensarmos nas diferentes formas de expressão de uma família, observaremos que existem: a) variações temporais: a família da Grécia antiga, a da Roma antiga, a medieval; b) variações espaciais: famílias poligâmicas dos mórmons norte-americanos, família em sociedades simples como a indígena brasileira e diferentes tribos africanas; c) variações em uma mesma época e local: na nossa sociedade, as famílias recompostas, monoparentais, adotivas, homoparentais. Em decorrência disso, seria preciso ter clara a diferença que existe entre uma noção geral de família, de um lado, e suas diferentes manifestações, de outro”. (ZAMBRANO, 2006, p.11)

Até 1943 o poder econômico e social da família estava nas mãos do homem, enquanto à mulher só lhe cabia as tarefas domésticas e a educação dos filhos, com a legislação brasileira de 1943, a mulher casada adquiriu o direito de trabalhar fora sem o consentimento do marido. Essa mudança na sociedade brasileira foi o estopim para todas as mudanças ocorridas posteriormente no que diz respeito ao funcionamento da casa e a modificação de papéis antes impensáveis.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, a conquista da independência econômica e o direito ao divórcio em 1977 deram origem a uma nova configuração familiar: a família monoparental, que é quando o pai ou a mãe reside com um ou mais filhos sem a presença de um cônjuge.

Para chegarmos a outro arranjo familiar, a homoparentalidade, primeiro nos apropriamos do conceito de parentalidade utilizado por Zambrano (2006):

“Podemos compreender que parentalidade não é sinônimo de parentesco e filiação e pode ser exercida por pessoa sem vínculo legal ou de consanguinidade com a criança como ocorre, por exemplo, nas famílias recompostas, nas quais o cônjuge do pai ou da mãe participa cotidianamente da criação do filho. ” (ZAMBRANO,2006, p.13)

Embora a homossexualidade já tenha percorrido um grande trajeto em vários cenários culturais e sócio-políticos, com a legalização da União Homoafetiva no Brasil, um novo conceito vem ganhando cada vez mais visibilidade no cenário social brasileiro: a homoparentalidade.

“O conceito de homoparentalidade é relativamente novo, sendo um neologismo criado pela associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas, em Paris, no ano de 1997, que se refere ao ato de um adulto que se reconhece homossexual ser ou pretender ser pai ou mãe de uma criança.” (ZAMBRANO,2006, p.17)

A diferenciação dos papéis na família contemporânea, a flexibilização nas funções de gênero e a multiplicidade de formas de família cooperam para concepções

mais flexíveis a respeito das estruturas familiares.

“É dentro destes novos arranjos que surge a “família homoparental”, propondo um modelo alternativo, no qual o vínculo afetivo se dá entre pessoas do mesmo sexo, incluindo, também, os casos da parentalidade de travestis e transexuais. Tais uniões não possuem capacidade procriativa (no sentido biológico), embora seus componentes possam tê-la individualmente”. (ZAMBRANO, 2006, p.14)

A Inversão ou a flexibilização de papéis de gênero dentro da família são propriedades que ajudam a pensar a dinâmica de uma família homoparental.

“A composição familiar homoparental é marcada pela ausência de papéis fixos entre os membros; pela inexistência de hierarquias e pela circulação das lideranças no grupo; pela presença de múltiplas formas de composição familiar e, conseqüentemente, de formação dos laços afetivos e sociais, o que possibilita distintas referências de autoridade, tanto dentro do grupo, quanto no mundo externo.” (PASSOS, 2004).

Como vimos, a constituição familiar tem sofrido muitas mudanças ao longo dos anos, logo, na sociedade atual, não podemos pensar em um modelo único de família, já que as famílias contemporâneas apresentam várias configurações.

4 | LEGISLAÇÃO

E a nossa legislação? Qual a importância de haver uma legislação?

Luciano Faria Filho (1998) sugere que a lei precisa ser legítima e legitimada, o que por sua vez requer não apenas uma retórica de igualdade, mas minimamente, a colocação em funcionamento no discurso legal, de uma lógica de igualdade. Segundo o autor, a lei como prática ordenadora e instituidora deve estar voltada para as relações sociais.

Faria Filho (1998) ressalta ainda como a legislação sobre a instituição pode ser útil como fonte para o estudo de algumas questões na história da Educação Brasileira, tais como a escolarização dos conhecimentos, a complexidade da ação docente e escolar e as questões relacionadas às relações de gênero.

Assim nos debruçamos sobre as leis para compreender a relação entre as famílias homoparentais e a escola em que seus filhos estudam.

Para pensarmos nessas leis, antes, nos orientamos pela Declaração dos Direitos Humanos.

A Declaração dos Direitos Humanos,

Artigo 12. Ninguém será sujeito às interferências em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques. Artigo 16. 1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução. 2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes. 3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado. Artigo 23. 3. Todo

ser humano que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. Artigo 25. 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. (UNESCO, on-line)

A família tem sofrido muitas mudanças ao longo do tempo. É necessário que essa Lei abranja toda as constituições familiares.

O Art 226 da Constituição Brasileira de 1988, em sua versão atualizada diz que a família é base da sociedade, tem especial proteção do estado.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 1º O casamento é civil e gratuito a celebração. § 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei. § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil; II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial. Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. § 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares. § 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos. (BRASIL, on-line)

Com a aprovação da união estável entre pessoas do mesmo sexo desde 2011, podemos constatar que a constituição precisa ser revista, já que, ela deixa claramente que a união deve ser entre um homem e uma mulher, deixando de fora os outros arranjos familiares.

Diante da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, podemos perceber que, ainda hoje, o código civil brasileiro reconhece a entidade familiar como uma união entre um homem e uma mulher, ou com uma comunidade que tenha em sua formação qualquer um dos pais ou seus dependentes. Nesse caso, conforme Faria Filho (1998), a lei se limita a reconhecer o modelo de família tradicional sem acompanhar as mudanças na sociedade.

Nos últimos anos a jurisprudência no Brasil passou a atentar para a realidade vivencial atribuindo importância para os laços afetivos, o que produz uma nova figura política: a filiação sócio-afetiva (MANZI-OLIVEIRA,2009). No início de 2011, o Supremo Tribunal Federal, reconheceu por unanimidade de votos a união estável entre pessoas do mesmo sexo no Brasil.

Por estarmos investigando a relação entre família e escola, consideramos importante recorrer à evolução dos objetivos presentes nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação:

A LDB de nº 4024/61 mostra alguns indicativos relacionados ao nosso tema: no seu 1º artigo, há menção ao respeito à dignidade e à liberdade fundamentais ao homem e à condenação a qualquer tratamento desigual.

Já a LDB de nº 5692/71 traz no seu artigo 1º que o ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização e o preparo para o exercício da cidadania.

A atual LDB nº 9394/96 entende a educação como dever da família e do Estado, é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, e afirma que os princípios do ensino deverão se basear no respeito, na liberdade, no apreço e na tolerância.

Pode-se perceber que as questões relacionadas à homoparentalidade não estão explicitamente descritas nessas leis, mas podemos reconhecer sinais de desconstrução da hegemonia de um modelo de família, uma vez que trabalham com valores como liberdade, dignidade, cidadania.

Ainda no âmbito da educação, recorremos a tentativas de parametrização da educação brasileira em nível nacional, que resultaram nos Parâmetros Curriculares Nacionais (com a introdução do tema transversal Orientação Sexual no currículo das escolas brasileiras) e no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI)

A presença do tema transversal Orientação Sexual propõe uma visão pluralista de sexualidade. Considera o papel da escola em abrir espaço para que essa pluralidade de concepções, valores e crenças possa ser expressa. Desse modo, não compete à escola, em nenhuma situação, julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece. Antes, caberá à escola trabalhar o respeito às diferenças, a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias.

No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), o

tema sexualidade, no volume 3, é apresentado como de grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com o prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Nesse sentido é entendida como algo inerente que está presente desde o momento do nascimento, manifestando-se de formas distintas segundo as fases da vida. (BRASIL, 1998)

5 | A ESCOLA

A Escola X está situada em um dos bairros da Zona Norte, é uma escola do município do Rio de Janeiro que atende aproximadamente 430 crianças entre 3 e 5 anos. A Escola funciona em um prédio de três andares, tendo a escada como acesso aos andares de cima, não tendo assim nenhuma acessibilidade.

Na parte térrea do prédio, encontra-se a quadra de escola onde os alunos de 4 e 5 anos participam das aulas de Educação Física e onde acontecem as festas da escola. Essa quadra tem um banheiro que é usado por meninos e meninas e um depósito onde é guardado o pouco material existente para a aula de Educação Física, A quadra fica fechada, mas os meninos da comunidade pulam o muro para jogar bola durante a noite.

No primeiro andar, está localizado o parquinho com brinquedos de plástico e grama sintética no chão. Cada turma usa duas vezes por semana em horários já pré-determinados. No Primeiro andar, também está localizada a secretaria, que é dividida com a sala da direção e da coordenação, ali ficam a diretora geral, a diretora adjunta, e as professoras articuladoras (cada uma em um turno). É nestes espaços que elas atendem os alunos, responsáveis e professores, além de fazer todo o trabalho de secretaria e demais atividades de suas funções.

Ainda no primeiro andar, há a cozinha, que é bastante pequena e dividida com o refeitório onde cabem 3 turmas por vez; um banheiro, que atende a meninos e meninas; e um pátio interno, onde são realizadas as apresentações de dança e onde ocorre também a recreação dos alunos, com horários pré-determinados.

Nesse primeiro andar também se encontra uma parte externa, que quase não é usada pelos alunos. As professoras parecem ter medo de levar os alunos para a área externa devido aos conflitos da comunidade.

No segundo andar estão localizadas 7 salas de aula, sendo 4 atendendo a creche em período integral. Essas salas apresentam o banheiro compartilhado com a sala ao lado e nesse banheiro há um sanitário para os meninos e um sanitário para as meninas, dois chuveiros, armários onde as professoras guardam toalhas, escovas e pastas de dente e produtos de limpeza, ainda há uma bancada, que serve para acomodar a roupa das crianças durante o banho, nesse banho as crianças são divididas por gênero: primeiro, os meninos; e depois, as meninas.

Nessas turmas trabalham uma professora 40 horas e duas Agentes de Educação Infantil (cada uma no seu horário, que é de 7:30 às 13:30 ou de 11:30 às 17:30).

As salas são decoradas por tema escolhido pela professora e não estão interligados com o Plano de Ação da escola que, esse ano, é Artes. Nessas salas, os trabalhos coletivos estão expostos nas paredes, assim como as chamadinhas, a janela do tempo e o calendário. No chão, foi pintado de azul um círculo montessoriano, onde as crianças passam a maior parte do tempo. Há uma televisão, um DVD, dois armários, uma casinha com fogão, cama, geladeira e armário que só são usados com a permissão da professora. um cantinho da leitura, com tapete, que também só é usado com a permissão da professora e duas mesas e oito cadeiras que são usadas em trabalhos individuais, um grupinho, por vez.

A sala que fica no meio do corredor, a única sem banheiro interno, atende duas turmas de Educação Infantil de 4 anos. Uma por turno. Essa sala é menos decorada e também apresenta os trabalhos das crianças expostos, além da chamadinha, janelinha do tempo, apresenta também um alfabetário na parede e números até 10. Nessa sala, há 6 mesas e 24 cadeiras, uma televisão, um DVD, dois armários e uma bancada pequena. Nessa sala, também há mobiliário de casinha com cama, armário, fogão e brinquedos que são usados de acordo com o combinado da turma para o dia.

Neste mesmo andar, encontra-se também a sala de recursos, que atende aos alunos da escola e também aos alunos de outras escolas que estudam no contra turno, essa sala é de responsabilidade total da professora da sala de recursos que divide sua carga horária entre o atendimento aos alunos, confecção de materiais, entrevista com os pais, curso de capacitação e reuniões com a equipe técnica do IHA (Instituto Helena Antipoff).

Ainda no segundo andar, há uma sala pequena que é usada como depósito e dois banheiros (um feminino e outro masculino).

No terceiro andar, funcionam 6 salas, sendo, 5 salas de aula que atendem às turmas de Educação Infantil (4 e 5 anos) em período parcial. Dessas salas, 4 apresentam banheiro compartilhado com a sala ao lado iguais as salas da creche e também apresentam um alfabetário, uma janelinha do tempo, um calendário e trabalhos das crianças expostos. Todas elas também têm 6 mesas e 24 cadeiras e um círculo montessoriano pintado no chão. Nesse andar funciona a sala de leitura da escola da escola, que é usada pelas professoras quando acham necessário, já que nesta escola não existe um professor específico para sala de leitura.

Nesta escola, trabalham:

- Uma Diretora Geral, que já está na Direção há mais de 20 anos.
- Uma Diretora Adjunta, que também está na escola há mais de 20 anos como professora e agora assumiu a Direção.
- Duas professoras articuladoras que atendem aos pais e professoras, fazem mural, atendem o telefone, abrem e fecham o portão, fazem serviço de secretaria e cuidam da parte pedagógica da escola.

- Uma professora de educação física, quatro professoras 40 horas que atendem o período integral (a creche) e 7 professoras 22h30 que atendem as turmas de turno parcial (Educação Infantil 4 e 5 anos), 8 Agentes de Educação Infantil que também atendem a creche, cada uma no seu horário.

A cozinha e a limpeza são feitas por uma empresa terceirizada. A cozinheira e as funcionárias responsáveis pela limpeza são contratadas pela MASAN e parece haver algumas desavenças entre elas.

Nesta escola, não há porteiro e o trabalho de porteiro é feito por duas funcionárias readaptadas

Uma característica bem marcante dessa escola é que ela é totalmente feminina. Só trabalham mulheres. E essa característica pode influenciar no modo como se dão as relações interpessoais e como é feita a organização da escola.

A escola é localizada próximo a uma comunidade e, na sua maioria, os alunos que são atendidos são moradores dessa comunidade.

Quando há conflitos na comunidade, a frequência é bem baixa.

Os alunos na sua maioria são bastante carentes e precisam de todo o tipo de assistência, o que a escola sozinha nem sempre pode suprir.

Foi feita uma parceria com PSE (Programa de Saúde na Escola) que cuida da saúde dos alunos, colocando flúor nos dentes, pesando, medindo, fazendo atividades de prevenção de doenças com os alunos e com os pais e encaminhando para a Unidades de Saúde quando necessário.

A parte Pedagógica é feita em conjunto com a coordenação e as professoras, de acordo com o Plano de Ação e ações planejadas no começo do ano e as professoras tem bastante autonomia para trabalhar de acordo com o que acham mais conveniente para a sua turma.

6 | AS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS:

A Família A é composta por duas pessoas que se declaram homens homossexuais, brasileiros, com idades de 36 e 47 anos, um trabalha na área administrativa e o outro trabalha com Tecnologia de Informática. Um com Ensino Médio completo e outro com Ensino Superior completo mantêm o relacionamento há mais de 10 anos, moram na Zona Norte do Rio de Janeiro e seu filho, hoje, com 3 anos de idade, foi adotado quando ainda era bebê.

A Família B é composta duas pessoas que se declaram mulheres homossexuais, brasileiras e mantêm uma relação homoafetiva, vivem juntas há 3 anos e possuem um filho que atualmente tem 5 anos. Esse filho é oriundo de uma experiência heterossexual de uma delas, anterior ao relacionamento.

A Família B é residente em uma comunidade localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro. A mãe biológica do menino, com idade de 24 anos, declara-se católica, com

ensino médio incompleto e trabalha na área do comércio; sua companheira com idade de 30 anos, declara-se espírita, com ensino fundamental completo e trabalha na área da construção civil. As duas se recusaram a responder alegando que não queriam se expor e por não acreditarem nessas pesquisas, além terem medo do seu filho sofrer alguma discriminação por conta da sua constituição familiar.

7 | A ESCOLA REFLETINDO SOBRE HOMOPARENTALIDADE:

Para provocar a reflexão sobre a relação entre famílias homoparentais e a escola, propusemos aos profissionais dessa escola (Diretora Geral, Diretora Adjunta, Professora Articuladora, Professora e Agente da Educação Infantil da turma que pudemos observar) um questionário semiestruturado, que nos permitiu coletar as seguintes falas.

Sobre o conhecer o conceito de Homoparentalidade.

A Diretora Geral respondeu que sabia sim, apesar de ser bastante novo esse tema, e que já ouviu falar muito sobre isso, inclusive em reuniões de diretores e, por isso, é a favor que se comemore o dia da família e não o dia das mães e dos pais, por causa das variadas constituições de família existentes na escola e não só as homoparentais, como todas as outras.

A Diretora Adjunta diante da mesma questão, respondeu que imaginava que era quando dois homens ou duas mulheres assumiam um relacionamento e tinham filhos de alguma forma, ela também afirmou que apesar de ter concepções religiosas, era uma pessoa bastante tolerante e que é a favor de se comemorar o dia da família, mas acha importante comemorar também o dia das mães, ela explicou que as mães a cobram uma comemoração neste dia.

A professora Articuladora da escola respondeu que tinha uma ideia sobre o que era, mas nunca tinha parado para pensar sobre o assunto. Ela falou que não é a favor de se comemorar o dia da família porque, mesmo que a criança não tenha mãe ou pai, ela sempre terá uma pessoa que represente esse papel e que as mães esperam e cobram uma festa nesses dias.

A professora disse que não sabia e nunca tinha ouvido falar esse termo, mas que ia pesquisar. Ela disse ser a favor da festa da família já que contempla todas as crianças e suas constituições familiares.

A Agente de Educação Infantil respondeu que sabia sim e que era quando um casal homoafetivo tinha filhos e que era a favor da comemoração da festa da família por que era uma festa mais democrática.

Ao serem provocadas quanto a existência de alunos pertencentes a famílias homoafetivas na escola em que trabalha...

A Diretora Geral respondeu que oficialmente ela sabia só de dois casos, mas acha que tem mais, só que os pais nunca chegaram para falar na secretaria. Ela ainda afirma que seria mais fácil planejar ações para incluir essas famílias, se elas fossem

identificadas.

A Diretora Adjunta também respondeu que sim, e que só tinha conhecimento de um.

A Professora Articuladora, diante da mesma pergunta, respondeu que ela imagina que sim, mas nunca nenhum pai a procurou para falar ou se apresentar como um casal gay.

A professora escreveu que na sala dela existe um aluno, oficialmente, de duas mães que conversaram com ela.

A Agente de Educação Infantil relatou que, como ela mora no entorno da escola, ela sabe de situações que não chegam “oficialmente” à escola e que ela sabe pelo menos de uns 5 casos.

Sobre presenciar alguma situação de discriminação na escola sofrida por alguma criança que pertence à família homoafetiva...

A Diretora Geral respondeu que não e que ela trabalha muito para que a escola seja a mais acolhedora possível, para todos os alunos e todas as famílias.

A Diretora Adjunta também respondeu que não, que trabalha para uma escola acolhedora e bastante democrática.

A Professora Articuladora respondeu que nunca viu nenhum tipo de discriminação nem com as crianças “especiais” nem com as crianças vindas de famílias diferentes.

A Professora também respondeu que não e que dentro sala de aula procura ser ética, mas acha difícil discutir alguns assuntos com as crianças pequenas.

A Agente de Educação Infantil respondeu que sim, já viu discriminação com o aluno e relatou que sempre presencia risadas e comentários, toda vez que o aluno fala das suas duas mães, fazendo com que a criança fique constrangida e não queira falar mais.

Ao solicitarmos sugestões sobre como lidar com situações de discriminação relacionada à constituição familiar...

A Diretora Geral respondeu que a escola deve ser imparcial, tentando resolver todas as situações de conflitos da melhor maneira possível.

A Diretora Adjunta diante da mesma pergunta respondeu que acha muito difícil lidar com essas questões, mas que está sempre aberta ao diálogo.

A Professora Articuladora respondeu que a escola deve ser um lugar de aprendizado e acolhimento de todos os alunos.

A Professora disse que a escola não pode tolerar nenhum tipo de discriminação seja ele religioso, racial, social.

A Agente de Educação Infantil relatou que já levou alguns casos de discriminação à Direção e que não houve nenhum tipo de punição. Segunda ela, a Direção “passa a mão” na cabeça da professora.

8 | A FAMÍLIA HOMOPARENTAL REFLETINDO SOBRE SEU VÍNCULO COM A ESCOLA DO FILHO:

Para provocar a reflexão sobre a relação entre famílias homoparentais e a escola, propusemos a uma família homoparental um questionário semiestruturado, que nos permitiu coletar as seguintes falas.

Sobre a influência que constituição familiar pode exercer na educação e na relação do filho com a escola...

A Família A respondeu que a educação que seu filho recebe é igual à que todas as crianças recebem ou deveriam receber: a questão do respeito aos outros e respeito ao direito dos outros, a questão de responsabilidade, de ética e comportamento. Que, apesar dele ser criado por dois homens, isso não influencia na sua sexualidade e nem na sua relação com as outras crianças e com o espaço escolar.

Sobre a existência de algum problema com a Direção da escola do filho por causa da constituição familiar:

A Família A respondeu que não, ressaltou que foram muito bem recebidos pela diretora e que inclusive um deles faz parte do CEC (Conselho Escola Comunidade). Enfatizaram ainda que parece que a escola se preparou para recebê-los.

Sobre já terem vivenciado alguma situação de discriminação na escola por conta da constituição familiar...

A Família A respondeu que não, que foram bem acolhidos por todos, inclusive pelos outros pais, eles relataram que todos os acolheram muito bem, acrescentando que acreditavam que tivesse havido alguma preparação para os outros pais sobre a presença deles.

Ao solicitarmos sugestões sobre como lidar com situações de discriminação relacionada à constituição familiar...

A família A sugeriu que a escola deve ser um lugar de respeito às diferenças e que sempre deve estar aberta ao diálogo, sendo um lugar em que a criança possa se sentir segura e que as pessoas que não entendem isso devem sair desse espaço.

A família B se recusou a responder o questionário alegando que não gostaria de se expor e expor o seu filho por medo de sofrer algum ato de discriminação.

Na tentativa de compreender a relação entre famílias homoparentais e a escola, passei 4 semanas, indo à escola para presenciar o cotidiano de uma turma de Educação Infantil.

Refletindo sobre as relações entre as duas famílias e a escola, a partir da perspectiva omnilética, consideramos a imbricação entre as políticas, as culturas e as práticas e, assim, podemos interpretar o que era observado.

Na primeira segunda-feira, cheguei à escola um pouco antes da hora da entrada, fui muito bem recebida pela Direção e pela Professora, conversamos um pouco e a professora relatou que a criança que eu estava ali para observar apresentava um

comportamento bastante difícil e que ela fazia de tudo para ele se integrar à turma, mas que era muito difícil.

Os alunos do turno da tarde da escola X na faixa etária de 5 anos chegaram e foram para o refeitório para tomar o leite, alguns chegaram e abraçaram a professora e outros foram correndo para o refeitório, o Pedro (nome fictício) chegou e ficou quietinho sentado à mesa, neste dia, o leite era mingau, aproximei-me e perguntei a ele por que ele não estava comendo e ele respondeu que estava com a barriga cheia.

A turma subiu para sala e todos foram colocando a agenda na mesa da professora e foram se acomodando no círculo montessoriano pintado no centro da sala, enquanto a professora olhava as agendas e respondia os recados.

Enquanto isso, fiquei observando a sala de aula: muitos trabalhos coletivos expostos, um me chamou muito a atenção, o da família, que trazia o desenho das famílias feito pelas crianças e a seguinte frase: Minha família é especial.

Procurei o desenho do Pedro e não achei e perguntei a professora por que o desenho dele não estava ali. A professora respondeu que, neste dia, ele faltou e que ela ainda não se sente muito segura em falar sobre outros tipos de família com as crianças pequenas.

Algumas outras coisas na sala me chamaram bastante atenção: a chamadinha das meninas era rosa e a dos meninos era azul.

Quando sentam à mesa, é obrigatório sentar dois meninos e duas meninas e, ao lado da casinha, há o espaço dos meninos, com carrinhos e ferramentas.

Durante a rodinha, a professora faz atividades de rotina, como: janelinha do tempo, calendário e contagem de meninos e meninas e a soma dos alunos. Toda segunda-feira, os alunos são estimulados a falar sobre o que fizeram no fim de semana.

Pude observar que a professora de certa maneira “escolhe” as crianças que podem falar mais e outras que ela logo corta. Pedro falou que ele foi com a mamãe A à casa da vovó e depois encontrou a mãe B no mercado e logo foi “cortado” pela professora.

As crianças falaram, cada uma no tempo em que a professora determinou e foram sentar às mesinhas para realizar as atividades escritas, que, nesse dia, foram: a escrita do nome, a apresentação da letra G de gato, com a música Atirei o pau no gato, e a discussão sobre o maltrato dos animais.

Na hora da brincadeira as meninas vão direto para casinha e os meninos para o “cantinho dos meninos” e são estimulados a ficar ali. Perguntei à professora se os meninos não poderiam ir para casinha e ela respondeu que eles poderiam ir sim, mas que preferiam brincar com as coisas deles.

Na hora da saída, Pedro foi embora com as duas mães que pareciam não se importar com os olhares de estranheza das pessoas que estavam no portão da escola. O que não era para acontecer, já que as autoridades da escola declararam que não existe nenhum tipo de discriminação.

Já notamos algumas mudanças em relação a certos paradigmas em torno das

famílias constituídas por pessoas homoafetivas, a família homoparental começa a se fazer visível nos espaços sociais e isso faz com que as pessoas pensem e reflitam sobre sua forma de agir e pensar. As pessoas estão buscando mais informações a respeito do assunto, o que viabiliza a discussão no espaço escolar.

Também podemos perceber indícios de que ainda haja discriminação em relação a essas famílias na escola. O fato de um pai da família A enfatizar que parece que a escola foi preparada para recebê-los é um indício de que a discriminação ainda atua neste espaço. Outro fator importante, que caracteriza possíveis discriminações, é que as mães da família B se recusaram a responder o questionário por medo de se expor e por temer alguma discriminação contra o seu filho dentro do espaço escolar, mesmo eu falando que as informações seriam sigilosas e anônimas.

Mas não podemos deixar de reconhecer que, mesmo que ainda esteja no plano do discurso, profissionais da educação já se posicionam em favor da diversidade de constituições familiares no ambiente escolar. Uma prova disso é a introdução do dia da família no espaço escolar, uma maneira de privilegiar todas as constituições familiares.

REFERÊNCIAS:

ARIÉS, **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Disponível em https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_226_.asp . Acesso em 15/06/2017

BOOTH, T e AINSCOW.M. **index for inclusion**. Bristol: CSIE, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **A Legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação** in FARIA FILHO, L.M. (org.) Educação, Modernidade e Civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998:89 – 125.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. A vontade de saber, tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

PASSOS, M. C. **Homoparentalidade: Uma entre outras formas de ser família**. Psicologia clínica, Rio de Janeiro, v.17n2, 2005.

UNESCO. Declaração dos Direitos Humanos. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> . Acesso em 15/06/2017

ZAMBRANO, E. **O Direito à homoparentalidade**. Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre, 2006.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-049-0



9 788572 470490